

BOAS PRÁTICAS



Gratidão a quem compartilha

Comunidade científica
busca maneira de
recompensar melhor quem
disponibiliza livremente
seus dados de pesquisa

Um editorial da revista *Nature* publicado em abril apontou uma contradição nas políticas de governos e agências de fomento envolvendo a avaliação acadêmica e o estímulo ao compartilhamento de dados de pesquisa. Um cientista que disponibilize livremente informações de seus estudos, como é a orientação disseminada atualmente, pode ser menos reconhecido ou recompensado do que um outro que opte por restringir o acesso a registros primários de seus experimentos.

A revista menciona um caso concreto que ela própria difundiu. Trata-se de um estudo publicado em 6 de abril descrevendo gráficos de padrões do desenvolvimento do cérebro, semelhantes àqueles que registram o peso e a altura das pessoas ao longo da vida. Liderado por neurocientistas das universidades de Cambridge, no Reino Unido, e da Filadélfia, nos Estados Unidos, o artigo utilizou registros de cerca de 120 mil exames de ressonância magnética

vinculados a mais de uma centena de estudos de grupos diversos. Parte desses dados era de acesso restrito, sob a alegação de que era preciso proteger a privacidade de pacientes. Foi necessário celebrar acordos para obtê-los e analisá-los.

A contradição é evidenciada nos créditos desse artigo. Alguns dos cientistas que eram proprietários de dados reservados e aceitaram cedê-los assinam entre os mais de 200 coautores do *paper*. Já aqueles que ofereciam seus dados sem limitações aparecem apenas nos agradecimentos. É certo que só devem assinar artigos científicos pesquisadores que tenham feito contribuições substanciais para a concepção ou realização da pesquisa – outros tipos de colaboração devem constar na lista de agradecimentos.

Na opinião dos editores da *Nature*, a publicação de artigos e o compartilhamento de registros deveriam ter peso semelhante em processos de avaliação, contratação e promoção de pesquisadores, a fim de que essa prática seja estimulada. “Universidades, grupos de pesquisa, agências de financiamento e editores de periódicos devem, juntos, começar a considerar como podem reconhecer melhor os dados abertos em seus sistemas de avaliação”, propõe o editorial.

Um artigo publicado em janeiro na revista *Journal of Medical Internet Research* por pesquisadores das universidades de Leuven e de Gent, na Bélgica, também evidenciou essa insatisfação de pesquisadores que franqueiam seus dados. Foram entrevistados 17 epidemiologistas que utilizam repositórios financiados pela União Europeia. Eles relataram uma falta de padrão na atribuição de autoria de artigos. Em alguns casos, assinaram o artigo apenas por fornecerem seus dados. Em outros, foram creditados nos agradecimentos, com o argumento de que a relação de autores já era muito extensa.

Nos últimos 10 anos, agências de fomento à pesquisa de diversos países, como Estados Unidos, Austrália e também os europeus, passaram a exigir que os projetos financiados por elas tivessem planos de gerenciamento de dados, de modo a garantir que seguissem os padrões conhecidos pela sigla em inglês Fair (localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis por colegas). Em outubro de 2017, a FAPESP passou a exigir que os pesquisadores anexassem aos seus pedidos de financiamento um plano de gestão de dados científicos, desde a coleta até a plataforma onde eles seriam disponibilizados (ver Pesquisa FAPESP nº 260). Esses planos permitem que as informações possam ser reaproveitadas e mais facilmente confirmadas.

O compartilhamento vem crescendo, mas de forma desigual. A cientista de dados norte-americana Carol Tenopir, da Universidade do Tennessee, em Knoxville, realizou na última década

três levantamentos sobre o assunto com mais de 2 mil cientistas de vários países. Constatou que 96% dos especialistas em meio ambiente e ecologia entrevistados se dispunham a fornecer informações de pesquisa, enquanto psicólogos e pedagogos exibiam interesse muito menor. A disposição, porém, nem sempre resultava em ações. Menos da metade dos pesquisadores depositava seus dados em repositórios. Entre os temores mencionados, destacavam-se o de que colegas aproveitassem os registros antes que os proprietários pudessem analisá-los de forma aprofundada ou de que a divulgação infringisse a legislação. Há uma série de situações em que esses dados precisam ficar protegidos, como aquelas que envolvem a privacidade dos sujeitos da pesquisa, interesses comerciais legítimos ou riscos à segurança e saúde públicas. Mesmo em algumas dessas situações, porém, eles podem ser parcialmente divulgados. Em muitos casos, a privacidade de sujeitos de pesquisa, por exemplo, pode ser preservada pela exclusão de indicações capazes de levar à sua identificação.

A preocupação em recompensar o esforço dos cientistas pela transparência não é propriamente uma novidade. Ela foi destacada na 6ª Conferência Mundial de Integridade Científica, realizada em Hong Kong em 2019. Na declaração lançada ao final do encontro, uma das recomendações foi a de recompensar melhor quem adota práticas da chamada ciência aberta, que promovem a transparência na pesquisa e o trabalho em colaboração. Várias instituições se movem nessa direção. A Universidade de Glasgow, na Escócia, estabeleceu critérios de avaliação que não se limitam a indicadores como citações de artigos e prêmios conquistados. Seus docentes precisam declarar quais esforços fizeram para garantir a disseminação de dados seguindo os princípios da ciência aberta. A Universidade de Tecnologia de Delft, nos Países Baixos, criou uma galeria em seu site com as fotografias e perfis de 70 “campeões de dados”, entre professores, estagiários de pós-doutorado, estudantes e técnicos que gerenciam informações de pesquisa de forma aberta e disseminam orientações sobre a prática para colegas.

O biólogo molecular Barend Mons, do Centro Médico da Universidade de Leiden, nos Países Baixos, que é conselheiro de programas científicos da União Europeia, alerta que as responsabilidades sobre o compartilhamento estão muito concentradas em indivíduos e precisam ser assumidas pelas instituições em que eles trabalham. Mons recomenda que as universidades contratem um especialista em curadoria de dados para cada grupo de 20 pesquisadores. “O maior erro que as instituições podem cometer é tentar treinar todo jovem cientista para ser um administrador de dados improvisado”, disse à *Nature*. ■

Fabrcio Marques

Violação de conduta e assédio sexual

O biólogo norte-americano David Sabatini, célebre por suas contribuições em estudos sobre sinalização celular e metabolismo de câncer, renunciou ao cargo de professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) em meio a acusações de assédio sexual e violação de conduta. Se não renunciasse, o pesquisador de 54 anos seria demitido. Em março, uma comissão do MIT havia recomendado o cancelamento do vínculo de Sabatini com a instituição por ele ter se envolvido sexualmente com uma colega sobre a qual tinha ascendência hierárquica, o que viola regras da universidade.

O presidente do MIT, Leo Rafael Reif, explicou em e-mail enviado a pesquisadores da instituição que o “professor Sabatini se comportou de maneira incompatível com as responsabilidades dos membros do corpo docente” e transgrediu a política interna que proíbe relações sexuais ou românticas consensuais no ambiente de trabalho.

Em agosto de 2021, o biólogo foi demitido do Howard Hughes Medical Institute (HHMI) e forçado a abandonar o laboratório que liderava no Whitehead Institute, centro de pesquisa biomédica em Cambridge que tem vínculos tanto com o HHMI quanto com o MIT. Desde então, estava também em licença compulsória do cargo de professor da universidade, ao qual agora renunciou.

O caso deve ter desdobramentos na Justiça. Em outubro, Sabatini processou por difamação a diretora do Whitehead Institute, Ruth Lehmann, e a colega que o acusou de assédio, cuja identidade não foi revelada. Ele alega que a acusação é uma farsa e que a colega quer “punir seu ex-amante”. Afirma que os prejuízos morais e financeiros gerados pela denúncia tiveram impacto em sua saúde mental, a ponto de ele ser aconselhado a não morar sozinho e ser monitorado por amigos e familiares.

Dois meses depois, a acusadora entrou com uma ação civil contra Sabatini

alegando que foi coagida a fazer sexo com ele e que o ambiente do laboratório em que ambos trabalhavam era “tóxico e carregado sexualmente”. De acordo com a revista *Science*, a bióloga Nancy Hopkins, professora emérita do MIT que ajudou a liderar um esforço pela igualdade de gênero no corpo docente da instituição na década de 1990, classificou a renúncia de Sabatini como um “marco”. “Uma jovem teve a coragem de exigir que as regras fossem aplicadas. E ela foi ouvida.”

No início dos anos 1990, quando era estudante de doutorado na Escola Médica Johns Hopkins e atuava no laboratório do neurocientista Solomon Halbert Snyder, David Sabatini foi um dos descobridores do mTOR, versão em mamíferos de uma proteína encontrada pela primeira vez em leveduras, que tem papel central no crescimento, proliferação e manutenção das células. O mTOR é um de seus principais objetos de estudo desde aquela época.

Cadastro uniformizado de conselhos editoriais

A Crossref, organização criada há duas décadas por editoras acadêmicas para gerar os identificadores digitais permanentes (DOI) de artigos e documentos científicos, está propondo a criação de um cadastro internacional dos membros de conselhos editoriais de periódicos. A ideia é concentrar em uma plataforma os nomes e as funções de pesquisadores que trabalham como gestores de publicações científicas, a fim de dar mais transparência ao trabalho desses conselhos e prevenir má conduta no processo de revisão por pares. Já houve casos de revistas de baixa reputação que incluíram os nomes de pesquisadores em seus conselhos sem autorização, assim como não são raras denúncias de nepotismo, favorecimento e conflito de interesses entre membros dessas instâncias (ver Pesquisa FAPESP nº 311).

As editoras fornecerão informações completas e uniformizadas sobre o organograma de seus periódicos, vinculando os nomes de editores e conselheiros a seus registros profissionais da plataforma Orcid. Será possível avaliar a evolução na composição dos conselhos e verificar o quanto eles são diversos – há queixas frequentes relacionadas à baixa representatividade feminina e à concentração de pesquisadores de um mesmo grupo ou região. O cadastro também poderá ajudar pesquisadores a divulgar suas atividades na gestão de periódicos. A Crossref abriu uma consulta para coletar sugestões de seus membros, encerrada no final de março, e deve detalhar em breve sobre como funcionará a plataforma.